



Rumo ao Sul: missão Jesuíta no Brasil (séculos XVI-XVII)

Towards the South: Jesuit mission in Brazil
(XVI-XVII centuries)

*Edinei da Rosa Cândido**

Recebido: 26/04/2019. Aprovado: 08/05/2019.

Resumo: Na comemoração dos 470 anos da chegada da Companhia de Jesus ao Brasil, considerando que as vicissitudes e revezes da história nacional e a dessa Companhia de Jesus passaram a confundir-se, este artigo pretende resgatar alguns aspectos dessa história de quase cinco séculos. Para tanto, faz um recorte e volta-se ao pequeno espaço situado na parte sul do país, Santa Catarina. Mais especificamente à atuação dessa ordem religiosa nesse estado durante os séculos XVI e XVII, portanto no alvorecer da colonização. Recordando os cinquenta anos da fundação do Regional Sul IV da CNBB, o artigo opta pela tentativa do resgate da memória remota, buscando lançar um fio de luz à memória atual.

Palavras-chave: Jesuítas. Índios. Evangelização. Santa Catarina.

Abstract: In the commemoration of the 470th anniversary of the arrival of the Society of Jesus in Brazil, considering that the vicissitudes and setbacks of national history and that of Jesus' Company get confused, this article intends to recover some aspects of this history of almost five centuries. To do so, it makes a cut and turns to the small space located in the southern part of the country, Santa Catarina. More specifically, the performance of this religious order in this state during the sixteenth and seventeenth centuries, therefore in the dawn of colonization. Recalling the fifty years of the founding of the Regional Sul IV of the CNBB, the article opts for the attempt to rescue remote memory, seeking to throw a thread of light to the current memory.

Keywords: Jesuits. Indians. Evangelization. Santa Catarina.

* Doutor em Teologia e Ciências Patrísticas (Instituto Patrístico Augustinianum, Roma, 2005). Mestre em Letras (UFSC, Florianópolis, 1998). Bacharel em Teologia (Faculdade de Teologia da Companhia de Jesus, Belo Horizonte, 1994). Licenciado em Letras Português-Francês (UFSC, Florianópolis, 1994). Graduado em Letras Clássicas Latim-Grego (Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, 2003). Curso Superior de Estudos Franceses (Universidade de Nancy, França, 1990). Curso de Filosofia (Instituto São Boaventura, Campo Largo-PR, 1986). Diretor da Faculdade Católica de Santa Catarina, Florianópolis, desde 2016.

E-mail: edinei@tiscali.it



Introdução

Este ano de 2019 é marcado pela comemoração dos 470 anos da chegada da Companhia de Jesus ao Brasil. Desde então, as vicissitudes e revezes da história nacional passaram a confundir-se com a dessa Companhia de Jesus e a recíproca também pode ser, em certo sentido, aplicada. Crescimento e desenvolvimento dessa então promissora fundação inaciana confundiram-se com o desenvolvimento daquela então promissora terra brasílica. Portanto, é quase impossível pensar história do Brasil sem uma presença expressiva dos jesuítas.

Para o resgate dessa história de quase cinco séculos, longos e múltiplos são os passos a serem dados, obviamente em modo retroativo, até esse longínquo mas decisivo ano de 1549. Há muito para dizer e muitos a destacar considerada uma atuação nacional que absorve quase a totalidade da história nacional, seja enquanto presença, seja enquanto ação. O resultado do trabalho deles continua a repercutir, mas esse não cessa de acontecer não só no plano eclesial mas também social como um todo.

É frente a este panorama, comportando a história da Companhia de Jesus em terras brasileiras e possibilitando tantas direções, que este artigo faz um recorte e volta-se ao pequeno espaço situado na parte sul do país, Santa Catarina. Mais especificamente à atuação dessa ordem religiosa nesse estado durante os séculos XVI e XVII, no alvorecer da colonização, portanto; e isso por si só impõe a sua importância. Aliás, nesse espaço, encontra-se outro motivo comemorativo, os cinquenta anos da fundação do Regional Sul IV da CNBB. Casando-os, o provento, de quase cinco séculos, e o recente, de meio, ambos históricos, estrutura-se este artigo, tendo optado pela tentativa do resgate da memória remota, buscando lançar um fio de luz à memória atual.

Não se pretende muito porque as fontes escassas não o permitem e a reincidência temática determina limites.¹ Ciente de se estar transitando por um lugar comum, estabelece-se o propósito de voltar à sua escassez revisitando-as, relendo-as, reinterpretando-as e, se for o caso, resignificando-a, certamente com o impulso desses dois motivos celebrativos.

¹ Utilizou-se amplamente nesta pesquisa a obra de Serafim Soares Leite, SJ, pelo renome e abrangência reconhecidos de seu trabalho, inclusive como sintetizador de várias fontes. Cf. História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo I (século XVI – o estabelecimento), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. Parte da coleta de material para este artigo foi feita pelo Revmo. Pe. Flávio Feler.



Afinal, repita-se, são 470 dos jesuítas no Brasil e 50 anos do Regional Sul IV em Santa Catarina.

Missão Brasil nos primórdios da Companhia de Jesus

Quase meio século se passara da chegada dos pioneiros portugueses nesta vasta porção de terra do hemisfério sul. Espalhadas em partes do imenso território, seguindo a faixa litorânea, tímidos povoamentos marcavam a presença do homem europeu. Navios de diversas bandeiras aventuravam-se pela costa, para extração de madeira, notavelmente da árvore de cor avermelhada, que levara os portugueses a batizar a nação com o mesmo nome.

Na pauta da coroa portuguesa permanecia o desafio de assenhorar-se estavelmente dessa cobiçada e promissora descoberta, fruto da sua eficiente, corajosa e, sobretudo, inovadora navegação marítima nessa época. Finalmente optou-se por uma estratégia de comando: a instalação de um governo local para representar e defender os interesses lusitanos no país. Uma expedição foi organizada para trazer os pioneiros encarregados de iniciar a administração desse grande negócio português chamado Brasil.

No tangente à assistência religiosa e propagação da fé, expressão dos fortes laços que uniam a monarquia lusa à Sé de Roma², Dom João III estreitou tratativas com uma recente e desconhecida ordem religiosa: Companhia de Jesus. Haviam-se passado somente 15 anos desde que, em 1534, o soldado espanhol – mergulhado em profunda crise após ter sido derrotado em batalha, e emerso de uma experiência mística – Inácio de Loyola, com alguns companheiros, transbordando de espiritualidade, havia, em Paris, iniciado o seu movimento, alcançando rápida difusão. A ideia e o conselho do convite partiram do português *Diogo de Gouveia*, que os conhecia desde o tempo em que Inácio de Loyola estava estudando na França³.

² Vigorou para o Brasil desde o descobrimento até a proclamação da República o sistema de Padroado Régio que conferia ao rei o direito de administrar a estrutura eclesial. Cf. VIEIRA Dilermano Ramos. *História do Catolicismo no Brasil*. Vol. I 1500-1889. Aparecida: Santuário, 2016. p. 16.

³ ECHANIZ, Ignazio, SJ. *Paixão e Glória: História da Companhia de Jesus em Corpo e Alma*. Tomo I. São Paulo: Loyola, 2006. p. 25-26.



Após a Páscoa de 1538 chegara a Roma com o desafio de convencer o novo papa, Paulo III da família Farnese, da seriedade e oportunidade de seu movimento espiritual. A cúria, em polvorosa, tentava sanar os efeitos dos movimentos reformistas: Lutero, Calvino, Zwinglio, o cisma de Henrique VIII dentre outros. O tecido da cristandade europeia, cuidadosamente cosido ao longo dos séculos, desfazia-se em pedaços e fala-se da necessidade de um concílio para tentar recompô-lo. Em meio a tantos desencontros desses tempos difíceis, esse foi um encontro decisivo para o novel instituto religioso cuja ação na Igreja destinava-se a repercutir no mundo inteiro. O pontífice soube colher a disposição e vigor dessa nova proposta, vendo-a como um auxílio para contrabalançar as enormes perdas do catolicismo causadas pelas turbulências da Reforma.

Um fato a não ser menosprezado: pouco antes, em 1537, Paulo III publicara a bula *Sublimis Deus* proclamando aos colonizadores e ao mundo que índios não podem ser tratados como mercadoria, não podem ser traficados. Eles são gente, sujeitos aptos a serem evangelizados; eles têm alma, são imagem e semelhança de Deus. Como se vê, os entraves da colonização apenas começavam a engrossar a pauta de preocupações da Igreja.

Foi respirando essa atmosfera pesada de época e sensibilizando-se com essa realidade colonial que Inácio de Loyola, aprovado o seu movimento em 27 de setembro de 1540, instalado na cidade eterna na condição de Superior Geral da sua companhia, acedeu ao pedido de *El Rei* para o envio de missionários ao Brasil e instruiu o seu colega e cofundador, Pe. Simão Rodrigues sobre essa primeira missão no continente americano. Este, por sua vez, preferiu permanecer em Portugal e designou um pequeno grupo para iniciar o serviço missionário d'além mar.

Assim, no dia 1º de fevereiro de 1549, partia do Reino a comitiva do primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza, composta de seis navios e mil pessoas: maioria soldados e quatrocentos criminosos que vieram expiar suas culpas no degredo. Feitos os preparativos, juntam-se à comitiva um modesto contingente de seis missionários dessa ordem recém-fundada: os padres Manuel da Nóbrega, João de Azpilcueta Navarro⁴, Leonardo Nunes, Antonio Pires, e os noviços Diogo Jacome e

⁴ Pe. João de Azpilcueta Navarro, nascido entre 1522-1523, integrou o grupo pioneiro dos jesuítas vindo ao Brasil e, um ano após sua chegada, foi enviado pelo Pe. Manuel da Nóbrega a Porto Seguro. Mais tarde, foi responsável por organizar uma primeira tentativa



Vicente Rodrigues. Na trilha dos grandes navegadores, lançam-se ao mar e a 29 de março, após 56 dias de viagem, na sexta-feira da 3^a. Semana da Quaresma, chegam ao seu destino para não mais retornar à Europa. Aportam não muito longe da baía; batizam o local de São Salvador; participam da fundação da primeira capital do Brasil, que batizaram com o nome de Salvador, o mesmo da nau capitânea que levava o Governador Geral. Dois dias depois, descem à terra firme e o superior da missão reza a primeira missa jesuíta em solo brasileiro. Assim, sob a tutela da monarquia católica lusa, iniciaram suas atividades nesta parte distante do planeta. Depois dessa meia dúzia, chegariam outros e muitos outros missionários jesuítas.

A missão brasileira teve a capacidade de unir três grandes necessidades num projeto comum: da coroa portuguesa que dava um passo decisivo com a implantação de um primeiro governo; dessa nova ordem religiosa em busca de reconhecimento e legitimação; de esperança e alívio para a própria Igreja que, nos novos espaços conquistados, via certa compensação das enormes perdas sofridas no continente europeu. Lançar-se nessa aventura d'além-mar era uma cartada decisiva para essa tria: páginas começavam a ser escritas nessa parte preciosa do globo, nova terra, novo mundo.

Em defesa dos carijós (século XVI)

Dentre os missionários que iniciaram o trabalho dos jesuítas no Brasil, um deles, Leonardo Nunes, recebeu dos índios o apelido de *Abare-bebê*,

de exploração dos sertões que hoje pertencem à Bahia e ao interior de Minas Gerais. Na meta estava também a busca pela cobiçada Serra das Esmeraldas. Um destaque de seu intenso trabalho encontra-se no campo linguístico. De língua-mãe basca, foi o primeiro a entender aquela língua tão difícil para os europeus. Logo começou a compreender os indígenas e empenhava-se em relacionar-se com bons "línguas" como eram chamados os intérpretes. Cuidou para que fossem traduzidas para língua compreensível aos índios as principais orações, como o Pai Nosso, mas também sermões; tudo com finalidade catequética. Foi o primeiro dos missionários a se comunicar em língua indígena e iniciou estudos sobre o assunto. Em pouco tempo já ensinava em língua nativa, traduzia a criação do mundo e a encarnação, além dos demais artigos da Fé e Mandamentos da Lei de Deus. Deixou estudos com os primeiros fundamentos para traduzir do tupi para o português e vice-versa. É um nome menos conhecido na grande lista de egrégios da Companhia de Jesus no Brasil. No entanto, seu trabalho linguístico serviu de base para o Pe. José de Anchieta na construção de sua própria gramática. Extenuado pelos tantos trabalhos, faleceu prematuramente em 30 de abril 1557. A sua extirpe nobre de Navarra o aparenta, pela parte materna, com São Francisco Xavier numa família de homens reconhecida cultura humanista, qual seu tio Martín Azpilcueta (1481-1596). ECHANIZ, 2006, p. 193-194, os confunde, tio e sobrinho.



que significa padre voador, por causa da grande capacidade que tinha de movimento estando em vários lugares ao mesmo tempo. As distâncias pareciam não lhe imporem limites. Dos arredores do centro da missão, Ilhéus e Porto Seguro, logo “voou” para São Vicente, à conhecida capitania de Martim Afonso de Souza já em 1550. Acompanhado dos colegas Pe. Afonso Braz e o Irmão Diogo Jacome, trouxera consigo de Ilhéus um grupo de 12 meninos indígenas e índios adultos, dentre os quais alguns carijós provenientes das terras do sul, de onde foram levados como escravos.⁵

Pode-se imaginar o efeito que não terá causado sobre os missionários o contato com esses aborígenes sulinos que suscitavam tantas indagações: eram catequizados e relatavam fatos inusitados da sua história de evangelização. Tudo isso não terá deixado de intrigá-los. Assim, antes mesmo de terem chegado ao sul, do sul conheceram índios que lhes chamou a atenção pelo comportamento distinto. O fato é que essa singularidade, unida aos clamores do sequestro e da escravidão, levou o Pe. Manoel da Nóbrega a instar junto às autoridades pela liberdade deles, concedida por ordem de Tomé de Sousa. “Foi com esta gente que se deu a primeira intervenção dos jesuítas a favor dos índios do Brasil. Índios que estão além de São Vicente, o qual todos dizem que é o melhor gentio desta costa”.⁶

Assim que se inseriu o nome e o povo carijó na história da Companhia de Jesus no Brasil, como beneficiários dessa proteção, que em tantas circunstâncias e de diversos modos, com maior e menor sucesso, os jesuítas tentaram em favor dos índios. Longa e polêmica tem sido a discussão da ação missionária junto aos índios e os pareceres estão longe do consenso acerca da proteção que os missionários lhe proporcionaram. De qualquer maneira, o episódio em questão tem duplo valor pela defesa feita do índio e por ter sido a primeira de tantas.

A correspondência de Nóbrega já deixa entrever uma proposta de instalação jesuítica junto ao local de proveniências desses índios. O Pe. Nunes era o designado para essa tarefa e rumou com eles da Bahia em direção ao sul em 1553. Ao chegar a São Vicente, encontrou a nova fundação muito necessitada de sua presença e aí se deteve por um tempo,

⁵ Carijó: procedente do branco – mestiço, como o galináceo de penas salpicadas de branco e preto – caboclo – antiga denominação da tribo indígena guarani, habitante da região situada entre a Lagoa dos Patos (RS) e Cananeia (SP) – carió – cário – cariboca – curiboca caburá – tapuio. Disponível em: <www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/carijo/>. Acesso em: 22 abr. 2019.

⁶ LEITE, 1938, p. 322. A expressão, amplamente conhecida, tem sido utilizada como marca da índole dos carijós.



pois a recém-fundada vila precisava de seu auxílio. Foi construída uma igreja e uma casa para educar crianças indígenas, que resultou na primeira escola da capitania.

No tocante aos carijós que o acompanharam dispersaram-se. Uma vez livres rumaram para o Espírito Santo e ali se estabeleceram, inclusive casando-se. Eram cristãos! Nessa ocasião surge um fato novo: o Pe. Nunes recebeu a incumbência de Tomé de Sousa para descer mais ao sul e resgatar umas senhoras castelhanas naufragadas no Rio dos Patos.⁷

O deslocamento, ida e volta, deu-se ente 10 de março e 15 de Junho.⁸ Foi a oportunidade de desvendar o mistério desses índios catequizados, convertidos e batizados. De volta, o padre relata o contato feito com os carijós, dentre os quais encontrou alguns cristãos, como aqueles sequestrados e levados para Bahia e libertados pela intercessão de Nóbrega. Todos foram catequizados por dois franciscanos espanhóis, Frei Bernardo de Armenta e Frei Alonso Lebrón havia poucos anos. Assim o missionário pôde tomar conhecimento e testemunhar *de visu* um pouco do trabalho de seus predecessores.⁹

⁷ Um dos tantos e costumeiros naufrágios verificados na costa catarinense no século XVI, sobretudo nos arredores da Ilha de Santa Catarina. É um elemento a mais a demonstrar o fluxo de navegação, majoritariamente de bandeira espanhola, desde o início desse longínquo século XVI. Neste caso, trata-se da expedição Sanabria, partida da Espanha em 10 de abril de 1550 para prestar socorro a Assunção. Aportaram na Ilha de Santa Catarina em novembro de 1550. Viajava um grupo de nobres senhoras dentre as quais se destacam Dona Mencía Calderón de Sabria, descrita como Señora principal de Sevilla e suas três filhas. Resgatado o grupo em Santa Catarina, com a participação do Pe. Nunes, asilaram-se em São Vicente no início de 1552. As suas vicissitudes, porém, não pararam por aí. Deixando às escondidas o local de asilo, no início de 1553 fogem a pé e descem até São Francisco do Sul. Sempre à espera de socorro espanhol, após cerca de um ano, em abril ou maio de 1554, o grupo empreende uma incrível mas real travessia a pé, homens, mulheres e crianças, rumo ao Paraguai onde, finalmente, consegue chegar em 1555. Cf. MOSIMANN, João Carlos. *Porto dos Patos, 1502-1582: A fantástica e verdadeira história da Ilha de Santa Catarina na era dos descobrimentos*. 2. ed. Florianópolis, 2002. p. 131-142; LOURENÇO, Roberto. *1516 – 500 anos da chegada dos espanhóis a Santa Catarina*. Jaraguá do Sul: Rastros, 2016. p. 251-270; LEITE, 1938, p. 323.

⁸ Por terra o Pe. Nunes mandara os irmãos João de Souza e Pero Correa e. Este último foi um dos tantos que apoiou e defendeu o trabalho desses pioneiros. Mais tarde, se converteu em irmão jesuíta. Ambos foram assassinados pelos carijós nessa viagem pelo interior (Cf. LEITE, 1938, p. 324). Foi nesse caminho entre Paraná e São Paulo que se deu o primeiro martírio de jesuítas no Brasil nesse primeiro semestre do ano de 1556, próximo ao Rio Superaguai na região da então Capitania de São Vicente, atualmente Parque Nacional do Superaguai, entre Paraná e São Paulo.

⁹ O fato é bastante conhecido na história da evangelização catarinense do século XVI. Esses frades chegaram à região como naufragos da nau *Marañona* que partira da Espanha com outra nau *Santa Catalina*, em 1538, numa expedição de socorro aos



Estava desvendado o mistério dos índios bem-ensinados que, tendo sido capturados como escravos por vicentistas, foram alvo da curiosidade e sensibilidade de quem os conhecia, inclusive do próprio superior da missão jesuíta, o Pe. Manoel da Nóbrega que impetrou do Governado Geral sua libertação.

habitantes de Buenos Aires. Naufragaram nos arredores da Ilha e foram arrastados até o chamado Porto Don Rodrigo (proximidades de Garopaba) junto com outros colonos espanhóis. Eram dois frades franciscanos, Frei Bernardo de Armenta, de Córdoba, presbítero, e Frei Alonso Lebrón, das Ilhas Canárias, Irmão. Começaram a catequizar os carijós que demonstraram docilidade de caráter e grande aceitabilidade. O trabalho desenvolveu-se e Frei Bernardo planejou expandi-lo e idealizou erigir ali uma província religiosa: Província de Jesus. Em 1º. de Maio de 1538, enviou uma carta a João Bernal Diaz de Lugo, do Conselho das Índias, pedindo reforço missionário para essa finalidade (Cf. MOSIMANN, 2002, p. 119-129. Para o contexto e excerto desta carta, cf. in: «Cadernos Patrísticos – Textos e Estudos», 5, Florianópolis, 2008. p. 110-117). É o documento mais consistente do empreendimento e principal fonte para atestar essa experiência missionária. No mais, nas fontes jesuítas, como se percebe, encontram-se o relato do Pe. Nunes, as alusões feitas nas cartas do Pe. Manoel da Nóbrega e algumas outras posteriores, como o relato do Pe. Jerônimo Rodrigues de 1605, reforçando a documentação sobre esse empreendimento pioneiro no sul do Brasil.

Um detalhe bastante peculiar é a revelação que Frei Bernardo faz de um indígena de nome Etiguara ou Esiguara – agitado como um profeta – que, quatro anos antes, lhes teria precedido na catequização dos carijós percorrendo mais de duzentas léguas anunciando a chegada dos irmãos dos discípulos do Apóstolo São Tomé. [E aqui essa história junta-se a outra de tradição amplamente difundida: o mito do Pai Sumé (Cf. BESEN, José Artulino. *História da Igreja no Brasil: o evangelho acolhido pelos pobres*. Florianópolis: Mundo e Missão, 2012. p. 31-32). Dessa forma, ter-lhes-ia precedido nesse trabalho. A missão durou cerca de 10 anos, 1538-1548. Foi a primeira missão religiosa franciscana do sul do Brasil. Terá atingido milhares de indígenas. Em seu auge, devia ter ao centro a Igreja e a casa dos frades franciscanos. A certa distância, nas duas casas de recolhimento eram isoladamente doutrinados as moças e os moços carijós. Espalhadas ao redor, havia as ocas dos índios e as casas dos espanhóis que, junto com os frades, dirigiram esse centro catequético. Estendendo-se por todos os lados, havia grandes roças, uma verdadeira cristandade carijó em germe. Morto Frei Bernardo, o empreendimento missionário ficou sob a responsabilidade de Frei Alonso Lebron e do leigo Alonso Bellido, mais os compatriotas Diego de Durango, Alonso Benitez, Román Perez, Antonio Alvarez e Pedro Beloy. Dois navios portugueses, vindos de São Vicente, chegaram a Mbiaza. O grupo missionário foi atraído a bordo, preso e levado para São Vicente com muitos carijós. As últimas notícias que se tem é que Frei Lebron, apresentando suas credenciais, conseguiu libertar os espanhóis e índios, embarcando em seguida para a Europa na esperança de, junto à corte de Espanha, poder apresentar seu protesto e conseguir reforço à missão. É o último registro que se tem do frade, pioneiro com seu confrade, na evangelização dos índios nessa região de Mbiaza. Sem proteção, entregues à própria sorte, a sorte dos carijós estava selada: foram alvo de constantes ataques e sequestros com propósitos obviamente escravagistas. O fato não deixa de suscitar vários interrogativos. Um deles consiste em cogitar quem teria catequizado esse índio profeta, Etiguara. De maneira literária e ficcional, Pe. Tarcísio Marchiori discute a questão, transformando Etiguara num herói-profeta quase legendário (cf. MARCHIORI, Pe. Tarcísio. *Terra dos Carijós*. Florianópolis, 1986). Outro enigma bastante discutido é a localização dessa experiência missionária, discutida abaixo.



Nesse contexto se deu o primeiro contato dos jesuítas ao sul da Capitania de São Vicente e seus ilustres habitantes, os índios carijós, com a visita do missionário Pe. Leonardo Nunes, um dos que chegaram no grupo dos seis pioneiros quatro anos antes. Portanto, são poucos os anos que separam sua chegada ao Brasil, em 1549, de seu primeiro contato com o quase extremo sul, nesse primeiro semestre de 1553. No entanto, não eram os primeiros evangelizadores a chegar nessa distante parte do território, onde desde então passaram a marcar presença. O caminho podia ser trilhado por terra, partindo da chamada Cananeia até o Paraná, ou por mar, seguindo a costa. Abriam-se, assim, as possibilidades de contato com os habitantes nativos de toda essa faixa litorânea sul que se estendia desde o Paraná até de Santa Catarina à entrada do Rio Grande.

Cada vez mais crescia nos jesuítas a consciência da imensidão do território nacional e o rumo sul passa a integrar as metas das expedições da companhia. Começam a sondar a possibilidade de estabelecer alguma base missionária nessa região. Ali passam a marcar presença, prestando assistência religiosa a uns poucos europeus residentes nas primeiras vilas desse território, resultado dos naufrágios e deserções do fluxo de navegação, destacadamente espanhola no século XVI.

Entretanto o que ali se encontrava era julgado insuficiente para se pensar numa presença estável. Além disso, outras frentes tomavam vulto em várias outras partes do território brasileiro com demanda de pessoal. Nesse primeiro meio século de presença no Brasil, os jesuítas foram parceiros nos grandes empreendimentos para estabelecimento da colônia. Não por acaso tinham vindo na mesma expedição com Tomé de Sousa, primeiro Governador Geral do Brasil. Por um lado acompanhavam expedições na costa, por outro acompanhavam pioneiros que adentravam no interior, estando junto e à frente de várias iniciativas de povoamento. Foi um período de muitas fundações.

A estratégia de organização consistia na ereção de um colégio em cada cidade estabelecida. Assim, aos poucos, vão sendo fundados estabelecimentos de ensino nas vilas que se tornariam as cidades. Em Salvador em 1551, São Paulo em 1556, Rio de Janeiro 1567, 1576 no centro de Pernambuco, dentre outros. Junto a alguns colégios, eram edificadas os seminários para o cultivo das vocações e formação dos futuros integrantes da Companhia de Jesus e do clero diocesano.¹⁰

¹⁰ Merece menção o fato de no Brasil ter sido instituído o primeiro seminário diocesano pós-Trento. Coube ao Rei de Portugal, Dom Sebastião, o mérito de autorizar a sua



O segundo grupo da Companhia de Jesus chegou em 1550, na frota de Simão da Gama e Andrade, com quatro missionários: Salvador Rodrigues, Francisco Pires, Manuel de Paiva e Afonso Brás. A 13 de julho de 1551 chegava ao Brasil o segundo Governador Geral, Duarte da Costa, e com ele chegava o terceiro grupo de jesuítas, que incluía os padres Luís da Grã, Brás Lourenço e Ambrósio Pires. E os noviços: Gregório Serrão, João Gonçalves, Antônio Blásquez e José de Anchieta, o apóstolo do Brasil. Contudo, aos poucos, as levas de missionários portugueses iriam escassear para dar lugar às vocações nativas dessa missão que se ia agigantando.

No ano de 1553, em 09 de julho, a missão brasileira é elevada à condição de província jesuítica pelo próprio fundador, o qual nomeia o Padre Manuel da Nóbrega sj como primeiro Provincial do Brasil. A sede da Província foi estabelecida em São Salvador da Bahia. Havia 30 jesuítas na missão brasileira, estavam espalhados em localidades do litoral brasileiro e em São Paulo de Piratininga, fundada em 25 de janeiro de 1554, marcada com a celebração de uma missa na Festa da Conversão do Apóstolo Paulo, data ainda hoje fixada no calendário litúrgico. À frente do promissor projeto encontram-se os nomes dos pioneiros e dos de outras levas chegadas ao Brasil, quais Manuel de Paiva, Manuel da Nóbrega e José de Anchieta.

Em Santa Catarina, entretanto, permanecia a provisoriedade das expedições que iam e vinham, com episódios fortuitos de pouca relevância. Nesse conjunto de pequenos fatos e relatos vão se encerrando as experiências jesuítas no sul do Brasil no século XVI. Carijó tornara-se sinônimo de docilidade e mansidão e sua boa índole era reconhecida. A grande referência geográfica no sul era a chamada *Laguna de los Patos*, topônimo que remete vivamente a uma presença espanhola no local conforme já mencionado¹¹. O fácil acesso do

ereção, tomando-se, assim, o primeiro monarca católico a atender a essa determinação conciliar. Isso se deu por solicitação do segundo bispo da Bahia, Dom Pedro Leitão (1519-1573). Cf. VIEIRA, 2016, p. 18-19.

¹¹ Essa forte presença espanhola no sul do Brasil justificava-se pela facilidade de comunicação que estabelecia com a Argentina, Paraguai e Uruguai, mas também por uma indefinição dos limites das terras descobertas entre Portugal e Espanha. Em 1494, com a bula *Inter Caetera*, o Papa Alexandre VI arbitrou um tratado entre Portugal, com D. João II, e Espanha, com Fernando de Aragão e Isabel, cognominada a Católica. Oficialmente registrado como *Capitulação da Partição do Mar Oceano* e popularmente como *Tratado de Tordesilhas*. “[...] fixou uma linha de divisão imaginária unindo os dois polos pelo globo terrestre, estabelecia a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. As terras que estivessem a oeste desta linha pertenceriam à Espanha. Aquelas que



Uruguai e Paraguai até o sul do Brasil estabelecera uma rota amplamente utilizada, oportunizando muitos escambos, antes da chegada dos portugueses. No mais, as preocupações dos missionários com outras regiões do Brasil ao norte e nordeste, somadas à penetração no interior da própria região paulista também desviavam a atenção das pequenas povoações do sul.

Entretanto, um último episódio no final desse século, pontualmente em 1596, mereceria registro encerrando definitivamente as crônicas das experiências jesuítas em terras catarinenses. Conta-se que um navio chegou ao porto dos carijós engambelou setenta índios levando-os a bordo e zarpando com eles sequestrados. Ao chegarem em São Vicente as autoridades locais, capitão de terra e provedor, obrigaram o capitão do navio a voltar e devolver os índios ao seu logradouro. Foi quando entraram em cena as figuras de Pe. Agostinho de Matos e Custódio Pires que, solicitados, acompanharam o navio de volta à terra dos carijós com a difícil missão de, ao devolver os índios sequestrados, restaurar a paz com a aldeia, em polvorosa pelo ocorrido.

A 27 de novembro de 1596, saíram de São Vicente; e, a 04 de dezembro chegaram a um pôrto chamado Laguna de los Patos por razão de uma alagoa que junto dela está em que andam muitos patos os quais não somente dão apelido ao pôrto mas também aos mesmos Carijós, que por outro nome se chamam Patos e teem suas Aldeias de vinte pêra trinta léguas afastadas deste porto.¹²

estivessem a leste desta marca seriam de propriedade portuguesa. Hoje, sabemos que, no Brasil, esta linha teoricamente seria uma reta unindo as cidades de Belém, no Pará, e Laguna, em Santa Catarina, situada a mais de 4.000 km ao sul da primeira. Porém, como as medições não eram precisas na época e também porque não se definiu a partir de qual das ilhas de Cabo Verde se mediram as 370 milhas, havia muita confusão em sua demarcação. Além disto, é importante lembrar que as milhas marítimas portuguesa e espanhola apresentavam distâncias diferentes. LOURENÇO, 2016, p.146; Cf. também p.146-152.

¹² LEITE, 1938, p. 325. Quanto ao local Laguna de los Patos aponta sempre para a atual cidade de Laguna. Contudo, a toponímia ora quer indicar uma vila ora um espaço maior, uma região. Assim, encontram-se registros bastante variados: Viaça, Viasa, Biaça, Biaza Mibiaçaba, Mbiazais, Mbyaçá, Mbiaça, Mbiazã Embiaça, Enbiaça, Ibiaça. O homem branco ao registrar graficamente acaba por criar algumas variantes sobre a mesma raiz. A documentação da época também faz emergir as mais antigas referências toponímicas catarinenses. De maioria indígena, algumas porém já trazem a marca do colonizador/conquistador presente nos primeiros povoados: São Francisco do Sul, Enseada das Garoupas (Porto Belo), Ilha de Santa Catarina. Descendo mais ao sul, Maciambu, Garopaba, Imbituba. Nesse conjunto uma das referências mais recorrentes é a Laguna dos Patos. Do Paraná encontram-se constantes referências a Paranaguá.



A recepção não podia ter sido mais calorosa e efusiva: os Padres arvoraram em terra uma cruz, e junto dela construíram uma igreja. E logo

os Portugueses entregaram os índios que traziam, e a gente começou de concorrer de muitas léguas a ver os Padres. Houve principal que veio obra de duzentas. Estes abraçavam os Padres com muitas lágrimas e outros sinais de amor, pedindo quisessem morar entre eles ou ao menos tornar lá cedo; porém não foi possível efectuar-se, porque, como não há entre eles povoação de Portugueses, não é seguro fazermos ali morada.¹³

Seria demais ver nessa euforia, depois de tantas décadas, ainda um resquício do trabalho de Etiguara na preparação à vinda dos discípulos do Apóstolo Tomé. Ou era simplesmente sentimento de gratidão pela percepção do papel exercido pelos padres na libertação e recondução dos membros da tribo? Seja como for, com esse relato quase apoteótico encerra-se bem meio século de atividades ocasionais dos jesuítas em Santa Catarina.

Nas terras de Mbiaça (século XVII)

Foi nessas condições de incerteza e insegurança, acerca da estabilidade jesuíta em Santa Catarina, que começou o século XVII. Contudo, o novo Provincial, Pe. Fernão Cardim, voltou de Roma com a resolução de estabelecer a companhia na região dos Patos. Foram escolhidos para o projeto os padres João Lobato e Jerônimo Rodrigues, acompanhados de sete índios cristãos. Feitos os preparativos, saíram do Rio de Janeiro e em Santos fizeram uma baldeação. Dali partiram, em 27 de março de 1605, a pé para Cananeia onde chegaram em 04 de abril. Sem embarcação, improvisaram uma canoa de pau de ibiracuí e seguiram até Paranaguá. Ali, enquanto aguardavam a bagagem que ficara para trás, encontraram alguns portugueses residentes e flamengos que se identificaram como católicos da Alemanha de regresso ao Rio de Janeiro.

No início de agosto, os missionários seguiram viagem. Sem poder entrar em Guaratuba por causa do mau tempo, rumaram direto até chegarem à Baía de São Francisco. Encontraram um carijó que se identificou como um daqueles resgatados em 1596 e se prontificou a conduzir o grupo até a Laguna dos Patos, onde finalmente aportaram em 11 de agosto desse ano de 1605. Chegara ao fim e a bom termo a viagem aventureira.

¹³ LEITE, 1938.



O inverno era rigoroso naquele ano, os desafios se acumulavam e os perigos eram muitos: tempestades, baleias, cachões da costa, naufrágios, frio e fome, seguindo a descrição de Pe. Jerônimo. Iniciaram contatos com os índios, mas tudo se dava de forma superficial e fugaz. Saíram a desbravar as cercanias e chegaram a uma pequena aldeia de nome Embitiba, de nove ou dez moradores com suas famílias, onde resolveram erguer uma igreja.¹⁴

Nesse contexto, surpreendentemente, mais uma vez, emergem os resquícios da Província de Jesus, sonho acalentado, havia mais de meio século, por Frei Bernardo de Armenta e Frei Lebron. Efetivamente, alguns poucos dentre esses residentes, apresentaram-se como cristãos:

*Alguns cristãos antigos a quem uns frades, a quem Deus perdoe, haverá 50 anos pouco mais ou menos, fizeram cristãos deixando-os sem doutrina em seus vícios e desaventuras, e todos estavam amancebados e cheios de filhos com diversas mulheres.*¹⁵

Eram os últimos remanescentes da missão dos franciscanos espanhóis.

O juízo dos missionários acerca do trabalho dos seus antecessores, expresso nessa breve citação, não deixa de suscitar surpresa e certa indignação. Entende-se que a decepção deles era grande frente às tantas dificuldades e desafios encontrados. Contudo, era preciso considerar que mais de 50 anos haviam se passado desde a morte do benemérito Frei Armenta e a partida do confrade Frei Lebron. Ambos não pouparam esforços para conseguir reforço para aquela iniciativa de evangelização, propondo inclusive um modelo de colonização, baseado no trabalho e não na luta:

[...] Venham também muitos camponeses com um perito chefe agricultor, que mais proveitosos são do que os soldados, porque estes indígenas

¹⁴ Parte do enigma sobre a localização exata do local da experiência missionária é desvendada com a indicação desse local chamado Embitiba. A semelhança toponímica faz pensar no atual município de Imbituba. Além dessa sugestão fonética e gráfica, Alice Bertoli, partindo de outros argumentos como a distância em léguas de Laguna e da Ilha de Santa Catarina, a existência da antiga igreja de Santana etc, apresenta a localidade de Vila Nova, no mesmo município, como a primeira das suas três hipóteses de localização da missão de Frei Bernardo de Armenta. Cf. ARNS, Alice Bertoli. *Laguna, uma esquecida*: Epopeia de Franciscanos e Bandeirantes, e a história de uma velha igreja. Curitiba, 1975. p. 40-42.

¹⁵ LEITE, 1938, p. 327.



*devem ser convencidos pelo amor, não pelo ferro. Pois se ficam exacerbados, fazem grandes estragos, porque são robustos, vigorosos, de estatura alta, armados e ferozes no manejar dardos, arcos e flechas.*¹⁶

Julgando com ponderação, pode-se dizer ter sido notável que, passado mais de meio século, esses convertidos e abandonados, sem assistência religiosa, ainda se considerassem cristãos, penitentes dos frades e acolhessem os novos missionários. O desfecho do breve relato não poderia ser mais auspicioso e animador: a missa celebrada no local na festa de São Bartolomeu. É testemunho e marco de uma nova fase nessa evangelização pioneira e trabalhosa nessa parte de Santa Catarina. Por isso, a importância de destacar esse memorável 24 de agosto como um encontro dessa primeira evangelização, testemunhada nos remanescentes, e a nova, personificada nos missionários.

Importante mencionar que, por trás de ambas jazia o anúncio profético, seguindo as palavras de Bernardo de Armenta, do índio Etiguara em missão num raio de mais de duzentas léguas. Pouco mais de um século se passara da chegada dos portugueses ao Brasil e esse pedaço de sul já passara pelo crivo de três para quatro etapas distintas no seu processo evangelizador: a primeira, do enigmático catequista de Etiguara, a segunda, do próprio índio catequista, a terceira, dos dois frades e a quarta, a dos jesuítas, que pode ser vista nos seus vários momentos pontilhados desde 1553 até esse início de século XVII.

Em Embitiba os jesuítas permaneceram com os índios até 1607. Construíram uma pequena Igreja com morada que serviu como sede da missão nas proximidades da Lagoa do Mirim perto do Rio D'Una. Eles percorreram toda a região sul do Estado catarinense e adentraram até o território riograndense em Tramandaí¹⁷. Foi nesse período que os missionários conheceram um famoso índio traficante de escravos índios chamado Tubarão.¹⁸

¹⁶ Cf. MOSIMANN, João Carlos. In: *Cadernos Patrísticos* – Textos e Estudos, 5 (2008), p. 116.

¹⁷ Talvez, baseado nesse deslocamento ainda mais para o sul, foi o que levou o Pe. Raulino Reitz a estimar a localização de Embitiba, hipotizando a identificação com Mampituba, no extremo sul, na região do atual município de Sombrio. Cf. REITZ, P. Raulino. *Paróquia de Sombrio* (ensaio de uma monografia paroquial). Brusque, 1948.

¹⁸ Todo o relato seguinte é extraído de LEITE, 1938, p. 328-329. O termo Tuba-nharô – Tubarão, 'pai feroz'. Sobre a discussão do nome do cacique e do nome da cidade. Disponível em: <<http://historiatubarao.blogspot.com/2017/05/tuba-nharo-do-rio-ou-do-cacique.html>>. Acesso em: 15 abr. 2019.



Chegados, pois onde este índio estava, que era junto a uma alagoa, aonde com grande perigo passamos, entramos em um tejupar, aonde estavam três ou quatro redes armadas. E ele, como coberto com uma manta listrada, e com um chapéu na cabeça, com grande gravidade, sem fazer caso algum de nós, começou logo a falar com um índio, que conosco ia, mui devagar. E depois falou outro pedaço com outro, convidando-os a seu modo, com certa beverage, que imagino ser o sumo do betele da Índia, conforme as virtudes que dizem ter. E nós, como Joanianes, ouvindo-lhe suas patranhas. Depois acudiu com seu *ereiupe* ao Padre e a mim. O Padre, que já estava enfadado, e com razão e quase se quisera erguer da rede, e o fizera se fora outra gente, em breve lhe disse ao que éramos vindos. E, se quisessem ser filhos de Deus e terem igreja e Padres em suas terras, que se haviam de ajuntar e deixar suas vendas e suas matanças, por ser ofensa de Deus; e que os Tapuias podiam vender em troco de suas coisas.

Querendo-nos despedir, disse ele ao Padre que folgava com nossa vinda, que faria primeiro duas guerras, e que depois se ajuntaria conosco, em lugar, que ele nomeou, que era junto da *Laguna dos Patos*. E, perguntando-lhe o Padre se era seu filho um menino, que ali estava, respondeu: *Sim per vos outros o açoitardes*. Isto é dito de escravos de brancos, que pêra cá fogem. E eles tinham alguns em seu poder, sem os querer dar, dizendo serem seus escravos.

Isto é o que passamos com o senhor Tubarão, do qual diz o Padre que nunca no Brasil viu índio tão soberbo, nem que tanto o mostrasse, com não ser principal. E Cristóvão Aguiar confessa que ele o fez principal e o assentara naquela cadeira, que agora tem, scilicet, de ser estimado dos brancos, mas isto por ele ser um grande ladrão de Índios para os brancos.

O relato pitoresco não pode desviar a atenção para a gravidade do fato: um líder, chefe indígena cooptado por colonos portugueses para interceptar e caçar outros índios e vendê-los para serem escravizados.¹⁹ No que diz respeito à soberba do índio Tubarão é mais uma definição do caráter do carijó que vai oscilando nas suas linhas positivas e negativas:

¹⁹ A mesma tática era utilizada na África no processo de escravização dos nativos. As próprias lideranças autóctones eram cooptadas para servir de intermediários na viabilização do tráfico. Dentre o acervo perdido recentemente no incêndio do Museu Nacional no Rio de Janeiro, estava o trono do rei do Daomé, Adandozan, presenteado a Dom João VI em 1811. A explicação sumária de que teria sido doado para melhorar as relações diplomáticas entre o Reino do Daomé e o Brasil não deixa de suscitar uma série de questionamentos que vão nessa mesma direção.



serem o melhor gentil da costa, os homens bebem, mas não se embriagam e as mulheres não bebem; não roubam os objetos uns dos outros, embora sejam ladrões de pessoas. Também podem matar, pois assassinaram os dois religiosos a caminho do Paraná. Afinal, os carijós são bons ou não? Na verdade as afirmações partem de atitudes circunstanciais e pouco se pode inferir e definir propriamente do seu caráter. Muito fica por conta da hipérbole!

Uma tentativa de síntese pode ser vislumbrada no relato missionário: “Se os brancos dizem ser os Carijós bons, é porque se lhes vendem. E até os mesmos Carijós o estão dizendo: porque lhes vendemos nossos parentes, dizem que somos bons”.²⁰ A resposta, porém, parece estar na maneira como são tratados, nas circunstâncias em que acontece o contato com eles, no método utilizado na sua catequização. E aqui bem vale repetir o modo como devem ser tratados, segundo o pensamento deste que pode ser considerado um dos seus amigos brancos, Frei Bernardo de Armenta: “[...] porque estes indígenas devem ser convencidos pelo amor, não pelo ferro”.²¹

Retornando à cronologia da presença missionária entre os índios, desde essa missão de 1605, percebe-se uma presença mais amiúde da Companhia de Jesus em terras catarinenses e sucedem-se os relatos de viagens e visitas. Em 1618 os missionários João de Almeida e João Fernandes Gato também estiveram no litoral catarinense. Como costumava acontecer, alguns missionários em visita ao litoral, paravam um tempo também na Ilha de Santa Catarina, *Meimbipe*, como as chamavam os carijós. Sabe-se que em 1622 tinham planos de abrir ali uma residência. Para isso foram enviados os padres Antônio de Araújo e João Almeida. Uma nova frente missionária no litoral catarinense no início de 1628, conduzida pelos padres Francisco Carneiro, Manoel Pacheco, Pedro da Mota e Francisco de Moraes conseguiu atingir mais de 400 indígenas na catequese. Pouco tempo depois, em 30 de maio daquele mesmo ano, morreu de febre o Pe. Pedro da Mota em Laguna e ali mesmo foi sepultado.

Entretanto a pressão dos bandeirantes sobre os missionários era cada vez mais forte na tentativa de subtrair-lhes os nativos à escravização. Sempre tentando driblar essas intenções, em 24 de julho de 1628, os jesuítas Antônio Araújo e Francisco de Moraes, com mais de 220 índios,

²⁰ LEITE, 1938, p. 327.

²¹ Cf. MOSIMANN, João Carlos. E excerto da carta de Frei Bernardo de Armenta, in: *Cadernos Patrísticos – Textos e Estudos*, 5 (2008), p. 116.



iniciaram uma caminhada por terra partindo da Enseada das Garoupas, atual Porto Belo, em direção ao litoral de São Paulo e Rio de Janeiro para fugirem dos bandeirantes que vinham caçar os índios para os escravizarem. Outra parte da expedição, com mais 185 índios, seguiu por mar com os Padres Manoel Pacheco e Francisco Carneiro.²² Todos esses índios eram do litoral da região sul, sobretudo da Laguna e os padres os trouxeram para a Enseada das Garoupas. Estes últimos chegaram em Cananeia 04 dias depois de terem saído da Enseada. A ideia era atingir seus colégios e missões na região sudeste onde todos estariam a salvo.

Em 1635 os Padres Francisco de Moraes e Inácio de Siqueira estiveram pregando missões no litoral catarinense. E um fato merece destaque: Em Laguna, ao chegar, o Pe. Siqueira viu 62 barcos cheios de índios que seriam levados como escravos para o litoral de São Paulo. Calculou que seriam mais de dez mil! Ações como essa foram, aos poucos, despovoando o litoral de carijós. Os que não eram capturados embrenhavam-se nas matas mais para o interior. Nesse episódio ainda menciona-se o nome do índio Tubarão. Portanto, o seu propósito de unir-se aos missionários, manifestado acima, nada mais era do que prosa e pretensa diplomacia desse pretenso cacique falastrão, mancomunado com a tirania dos brancos.

Nova missão em 1637. Dessa vez o Pe. Francisco Banha acompanha o Pe. Francisco de Moraes. Em 1646, esse último queria se estabelecer com mais dois confrades em Santa Catarina, mas não foi possível. É quando se percebe um hiato de mais de cinquenta anos de relatos dessa presença jesuítica nessas terras do sul. Somente em 1698 foi, finalmente, determinado que dois jesuítas da comunidade do colégio de Santos pegassem uma nova missão em Santa Catarina.

Entretanto, nesse ínterim, dois fatos determinantes para a Igreja marcavam essas missões do sul. O primeiro deles de grande repercussão universal: em 22 de junho de 1622, com a bula *Inscrutabili Divinae*, o Papa Gregório XV fundara em Roma a Congregação *de Propaganda Fide* reservando à Santa Sé a responsabilidade e a autoridade das iniciativas missionárias da Igreja. Sem dúvida, um acontecimento com repercussão

²² O episódio, embora em escala muito menor, não deixa de motivar a lembrança da grande empreitada enfrentada pelos jesuítas após o Tratado de Madri, quando, já sob o furor da política anticlerical, mas sobretudo anti-jesuíta, do Marques de Pombal, numa tentativa desesperada de salvar os índios das reduções, tiveram que proceder ao deslocamento de milhares de índios dos Sete Povos das Missões, cf. VIEIRA, 2016, p. 88-93.



na realidade eclesial brasileira. O objetivo claro era tentar subtrair a atividade missionária das amarras do Padroado Régio que tanto limitava a sua ação, inclusive em favor dos povos nativos, nos territórios de missão. Nas cortes de Lisboa e Madri começam as difíceis negociações com as representações desse novo dicastério romano.

O segundo, por sua vez, foi de grande incidência na história de Santa Catarina com repercussão na evangelização de toda essa região. Trata-se da bandeira de expedição de Domingos de Brito Peixoto que, na segunda metade desse século, rumou para o sul redundando na fundação de Santo Antônio dos Anjos da Laguna e a criação da paróquia a 29 de julho de 1676, constituindo na segunda de toda a região. A pioneira datava de poucos anos antes, a saber, a de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul, de 1665.

Aos poucos, a região ia se estruturando eclesiasticamente de maneira mais estável e o perfil da presença da Igreja na região começa a mudar. A iniciativa missionária passava a integrar um contexto diversificado em ação conjunta com as lideranças religiosas locais, fossem do clero diocesano ou de outras ordens religiosas.

A modo de conclusão

Iniciou-se este artigo apontando para a identificação que existe entre a história da Companhia de Jesus no Brasil e a nação brasileira. Essa afirmação pode ser posta no crivo praticamente em cada realidade regional, vista a grande penetração do trabalho dos jesuítas pelo território nacional afora. Em se tratando de sul do Brasil não é diferente, pois a presença deles é de reconhecida incidência.

No tangente ao específico sobre Santa Catarina, este trabalho não deixou de demonstrar a sua utilidade, tendo o seu resultado como argumentação maior. Como era de se esperar, a questão indígena praticamente domina a cena, e a delimitação cronológica tem grande peso nisso. Entretanto, o primeiro contato com essa terra não se deu por causa dos índios. Uma vez conhecidos no seu habitat, porém, passam a ser destinatários da ação dos filhos de Santo Inácio que voltam sua atenção também para essa parte do mapa. As condições para a estabilidade não eram favoráveis, mas conhecida a situação dos índios, marcaram presença no território e foram referência na problemática que lhes concernia.



É sabido que no Brasil colonial o espaço sulino permanecia relegado a uma situação subalterna em relação a outras partes do país. Isso se devia ao desenvolvimento econômico que não encontrou aqui atrativos da ambição extrativista e predatória que tanto caracterizou a colonização portuguesa no Brasil. Perpassando a história, dos grandes ciclos econômicos do período colonial, pau-brasil, ouro, cana-de-açúcar etc, constata-se que nenhum deles teve incidência expressiva nas terras do sul. Pode ser que, a partir desse fato, tenha-se simplificado e antecipado focalizações e conclusões acerca de temas como, por exemplo, o econômico que extrapolem o da evangelização.

Estudos sobre esse assunto, e do próprio trabalho dos jesuítas como um todo, ao menos no que tange aos seus primórdios, as indicações também apontam para outros pontos geográficos e Santa Catarina não atrai grande interesse. E, no entanto, mesmo nestas páginas breves e sumárias, constata-se elementos muito concretos e peculiares que se impõem, aptos a figurar num panorama que extrapole o regionalismo e alcance o nacionalismo, inclusive com sinais de singularidade e protagonismo. É preciso olhar com mais atenção às vicissitudes desse povo carijó que a documentação aponta como beneficiário primeiro da ação de defesa dos missionários em relação ao índio. E sabe-se o quanto de polêmica pode compreender uma afirmação destas.

No mais, quando se vai além do contato dos jesuítas com esses nativos e se alcança a anterioridade, de um processo de catequização indígena, embora embrionária, localizada e descontínua, tendo à frente um grupo franciscano, ainda na primeira metade do século XVI, entende-se o quanto um estudo aprofundado da evangelização no sul do Brasil pode oferecer e surpreender. Junto disso, encontra-se esse fenômeno da navegação costeira de predomínio espanhol, fonte preciosa de inspiração de estudos.

O contato com esse material faz voltar a refletir as raízes da colonização no Brasil e, a partir desse foco regional, perceber uma espécie de encadeamento temático em duetos: Portugal x Espanha com suas lutas pela sucessão dinástica; espanhóis x portugueses com suas disputas territoriais nas colônias; missão x colonização com as amarras dos acordos entre Igreja e Estado; franciscanos x jesuítas com seus respectivos métodos evangelizadores; missionários x vicentinos e missionários x bandeirantes com sua ideia acerca da dignidade do índio; missionários x índios com sua dialética de encontro e confronto; europeus e indígenas



com sua visão de mundo; centro x periferia com sua relação de dominação. E a lista poderia se estender... Nada disso é novo, mas desafia a uma leitura diferenciada e apresenta-se como amostra do quanto a pesquisa ainda pode dar a conhecer. São percepções que merecem uma análise aprofundada.

Para a pouquidão das fontes, a riqueza da reflexão, para a pequenez da pesquisa, a grandeza da recompensa. Muito ainda pode ser dito sobre a História da Igreja em Santa Catarina, nesse período inicial dos séculos XVI e XVII, da qual os jesuítas são atores naturais. Que essa busca não cesse, que as lacunas sejam preenchidas, e que a mesma determinação alcance os séculos seguintes, XVIII, XIX..., cronologia aqui não alcançada.

Bibliografia

AHESC. Arquivo Histórico e Eclesiástico de Santa Catarina. Cúria da Arquidiocese Metropolitana de Florianópolis.

ANUÁRIO DA COMPANHIA DE JESUS. Roma, 1992.

APESC. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Saco dos Limões, Florianópolis.

ARNS, Alice Bertoli. *Laguna, uma esquecida Epopeia de Franciscanos e Bandeirantes, e a história de uma velha igreja*. Curitiba, 1975.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Os Jesuítas em Santa Catarina e o Ensino de Humanidades na Província*. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Imprensa Oficial, 1940.

CADERNOS PATRÍSTICOS – Textos e Estudos, 5 (2008).

DE MATTOS, Jacinto Antônio. Colonização do Estado de Santa Catarina. *Jornal O DIA*, 1917.

LEITE, Serafim, SJ. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Portugal, 1938.

LOURENÇO, Roberto. *1516 – 500 anos da chegada dos espanhóis em Santa Catarina*. Jaraguá do Sul: Design Editora Ltda, 2016.

MELLO, Amílcar D'Avila de. *Expedições: Santa Catarina na Era dos Descobrimentos Geográficos*. Florianópolis: Expressão, 2005.



MOSIMANN, João Carlos. *Porto dos Patos: a Fantástica e Verdadeira História da Ilha de Santa Catarina na Era dos Descobrimientos*. 2. ed. Florianópolis, 2004.

PIAZZA, Walter Fernando. *A Igreja em Santa Catarina*. Notas para a sua história. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1983.

VAN DER VAT, Odolfo Frei. Os primeiros missionários de Santa Catarina. In *Revista Vozes de Petrópolis* – Set./Out. 1944. p. 656-687.

VIEIRA, Dilermando Ramos. *História do Catolicismo no Brasil*. Aparecida: Santuário, 2016.

RÖWER OFM, Basílio Frei. *A Ordem Franciscana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1942.

SITE da Cúria Geral dos Jesuítas.

SITE da Província Jesuítas no Brasil.